



GESTÃO FINANCEIRA

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GESTÃO FINANCEIRA

PARA O DESENVOLVIMENTO de suas atividades, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/ Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB) contou, no exercício de 2006, com recursos orçamentários brutos de R\$170.571 mil, sendo deduzido o valor de R\$5.353 mil para atender a pedido de Crédito Adicional de R\$2.301 mil, ficando disponíveis R\$167.519 mil.

Entretanto, o limite autorizado foi de R\$159.303 mil, dos quais foram executados R\$156.996 mil. Com relação a Convênios com Destaque Orçamentário, foram executados R\$18.027 mil.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

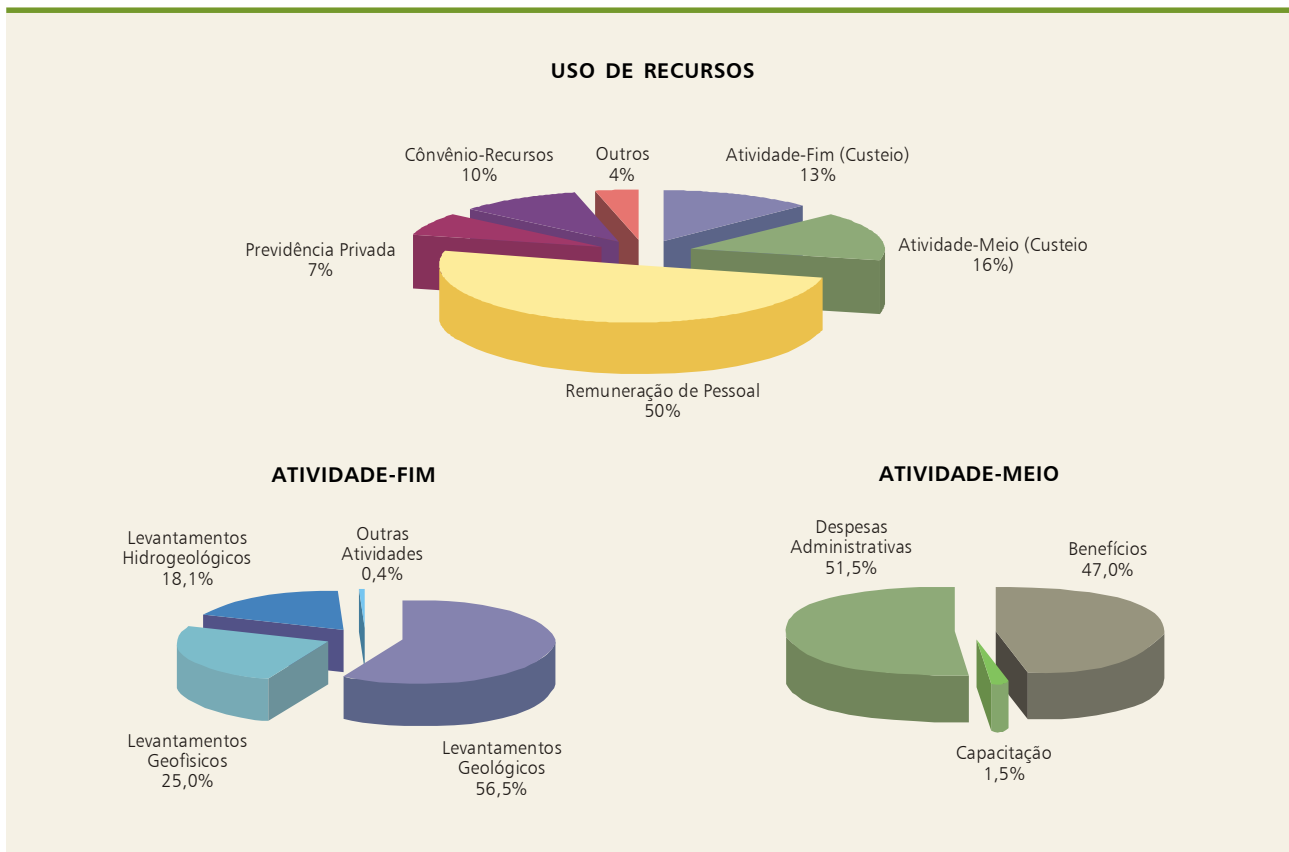
No exercício de 2006, a CPRM obteve um resultado positivo de R\$150.588,96, conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis.

A Administração da CPRM está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição do Lucro:

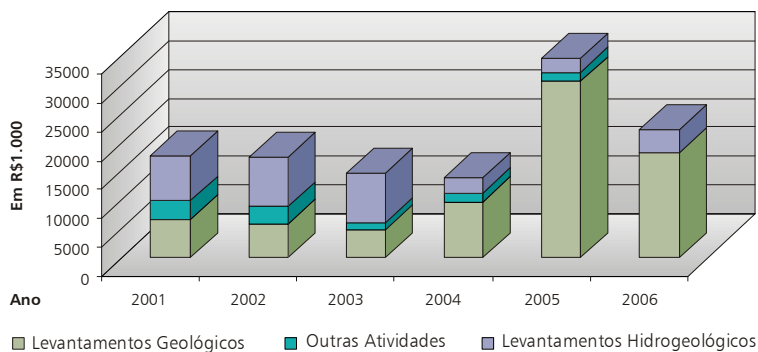
- Constituição de Reserva Legal de 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$7.529,45, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 50-I do Estatuto da CPRM.
- Destinação de 25% para o pagamento de dividendos, conforme artigo 50-II, do Estatuto da CPRM, no valor de R\$35.764,88.
- Transferência do saldo remanescente, no valor de R\$107.294,63, para ser incorporado à Conta de Lucros Acumulados.

DEMONSTRATIVO DE FONTES E USOS ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2006 (Em milhares de reais)

FONTES		USOS	
RECURSOS DO TESOURO	146.071	Atividade-Fim (Custeio)	22.237
		Atividade-Meio (Custeio)	27.954
RECEITA PRÓPRIA	788	Investimento	3.549
		Dívida Externa	152
CONVÊNIO S/DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO	2.586	Remuneração de Pessoal	88.061
		Sentenças Judiciais	2.443
RESTOS A PAGAR/SALDO DE CAIXA	7.551	Previdência Privada	12.600
SUBTOTAL	156.996	SUBTOTAL	156.996
CONVÊNIOS C/DESTAQUE	27.304	Convênio – Recursos Aplicados	18.027
		Convênio – Saldo a Devolver	9.277
RECURSOS DESTACADOS PELA UNIÃO PARA INDENIZAR EX-ACIONISTAS	50	Indenização a Ex-Acionistas	7
		Valor a Indenizar	43
TOTAL	184.350	TOTAL	184.350



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ATIVIDADE-FIM



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Demonstrações Financeiras refletem a aplicação integral dos recursos orçamentários destinados às atividades-fim da CPRM/SGB, compreendendo os projetos de mapeamento geológico, levantamentos aerogeofísicos, levantamento dos recursos hídricos e minerais e geologia ambiental, objetivando divulgar e disponibilizar informações geológicas e hidrológicas básicas para o desenvolvimento sustentável do país.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)

	2006	2005		2006	2005
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	49.893	49.432	CIRCULANTE	51.622	51.454
Bens numerários e depósitos bancários à vista	23.118	15.933	Fornecedores	6.662	5.689
Previdência Privada	11.124	13.500	Entidades de Previdência Complementar	11.124	13.900
Contas a receber	1.028	1.034	Financiamentos a pagar	37	129
Materiais	356	294	Impostos e encargos sociais a pagar	3.331	3.011
Impostos a recuperar	1.804	1.512	Provisão para férias	6.442	7.842
Adiantamentos para despesas	789	1.590	Provisão para contingências	750	750
Depósitos e cauções	1.109	1.047	Contas e despesas a pagar	10.212	12.584
Recursos a receber/restos a pagar	9.953	14.515	Convênios com entidades diversas	14.953	6.852
Outros créditos	612	7	Creditos subvencionados para indenização de acionistas	893	862
			Credores por aquisição de direitos minerais	45	45
			Dividendos propostos	36	96
			Credores diversos	137	94
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	107.143	105.606	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	89.204	88.114
Previdência Privada	88.994	87.865	Entidades de Previdência Complementar	88.994	87.865
Fundo financeiro de pesquisa mineral	2.518	2.361	Financiamentos a pagar	210	249
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	9.807	9.020		0	0
Direitos minerais a negociar	12	12	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0	0
Adquirentes de direitos minerais	2.748	4.141	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.493	41.378
Financiamentos à pesquisa mineral	1.315	1.228	Capital realizado e atualizado	26.773	26.773
Outros créditos	1.749	979	Reservas de capital	5.834	6.107
PERMANENTE	28.283	25.908	Reservas de reavaliação	6.332	6.649
Investimentos	504	504	Reservas de Lucros	143	135
Imobilizado	27.734	25.359	Lucros acumulados	2.411	1.714
Diferido	45	45	TOTAL DO PASSIVO	185.319	180.946
TOTAL DO ATIVO	185.319	180.946			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AGAMENON SERGIO LUCAS DANITAS
Diretor-Presidente

JOSE RIBEIRO MENDES
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

ALVARO ROGÉRIO ALENCAR SILVA
Diretor de Administração e Finanças

MANOEL BARRETO DA ROCHA NETO
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

DELORGES LAVRA
Contador CRC-RJ 0.20.314/O-S-DF
CPF- 126723197-15

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

	2006	2005
Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisas	1.044	1.098
Receitas de subvenções para operações de pesquisas	146.071	148.769
	147.115	149.867
Custo de prestação de serviços e de operações de pesquisas	(88.177)	(82.821)
LUCRO BRUTO	58.938	67.046
Receitas (despesas) operacionais		
Financeiras, líquidas	786	1.101
Gerais e administrativas	(58.540)	(66.517)
Honorários da administração superior	(1.113)	(1.035)
	(58.867)	(66.451)
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	71	595
Receitas (menos despesas) não-operacionais	837	227
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	908	822
Contribuição social	(202)	(116)
Provisão para o imposto de renda	(555)	(303)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	151	403
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	0,05	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS LEGAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES	RESERVA ESPECIAL LEI 8200				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	26.773	5.079	1.301	6.965	115	838	41.071
Realização de Reservas	—	—	(273)	(316)	—	589	0
Reserva Legal	—	—	—	—	20	(20)	0
Dividendos Autorizados	—	—	—	—	—	(96)	(96)
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	403	403
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	26.773	5.079	1.028	6.649	135	1.714	41.378
Realização de Reservas	—	—	(273)	(317)	—	590	0
Reserva Legal	—	—	—	—	8	(8)	0
Dividendos Autorizados	—	—	—	—	—	(36)	(36)
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	151	151
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	26.773	5.079	755	6.332	143	2.411	41.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)

	2006	2005		2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS			APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Nas Operações			Aumento do Realizável a Longo Prazo		
Lucro Líquido	17.170	19.680	Repasses Previdência Privada	2.666	7.960
	1.926	2.226	Fundo Fidejussório de Pesquisa Mineral - Financiamentos	1.129	7.027
Mais: Encargos Que Não Representam Saída de Recursos	151	403	Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	97	91
Depreciação e Amortização	2.174	2.297	Financiamentos à Pesquisa Mineral	557	514
Variáveis Monetárias de Financiamentos a Longo Prazo	2.194	2.347	Depósitos para Recursos	55	52
Provisão para Riscos Contratuais	(20)	(50)	Outros	812	225
	0	0	Redução do Exigível a Longo Prazo	16	51
Menos: Receitas Que Não Representam Ingresso de Recursos	399	474	Financiamentos - Transferido para o Circulante	11.143	10.229
Variáveis Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	354	474	Repasses Previdência Privada	19	109
Outros	45	0	Baixas no Patrimônio Líquido	11.124	10.120
De outras Fontes	1.463	68	Aumento do Ativo Permanente	36	96
Baixa de Itens do Imobilizado	12.652	10.359	Imobilizado	6.032	3.898
Redução do Realizável a Longo Prazo	1.129	7.027	Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	6.032	3.898
Aumento do Exigível a Longo Prazo	0	0		(2.707)	(2.503)
Repasses Previdência Privada	0	0	VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
Adições ao Patrimônio Líquido	49.432	37.224	Ativo circulante:		
	49.893	49.432	No Início do Exercício	49.432	37.224
	461	12.208	No Fim do Exercício	49.893	49.432
	51.454	36.743	Passivo circulante:		
	54.622	51.454	No Início do Exercício	51.454	36.743
	3.168	14.711	No Fim do Exercício	54.622	51.454
	(2.707)	(2.503)	Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	3.168	14.711
	(2.707)	(2.503)		(2.707)	(2.503)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma sociedade por ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para a total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM dominar o conhecimento das geociências no interesse do país, nelas incluídas a geologia em seus diversos campos, a hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão dessas informações, devendo, especificamente:

- subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional;
- colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros ligados à sua área de atuação, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha;
- dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração e as demonstrações contábeis são elaboradas com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e apresentadas em observância à Lei nº 6.404/76.

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- (i) o resultado é apurado pelo regime de competência do exercício;
- (ii) os financiamentos a empresas de mineração, para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do Ativo Realizável a Longo Prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, são registrados em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo, até que seja apurado o resultado final da pesquisa;
- (iii) os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição;
- (iv) as inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício;
- (v) os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.1995 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável;
- (vi) os bens componentes do ativo imobilizado, em uso, e as imobilizações em curso, estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31.12.1995;

(vii) as depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes: Imóveis: 4% a.a.; Equipamentos: Operação: 10% a.a.; Transporte: 20% a.a.; Diversos: 10% a.a.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

	R\$ Mil	
	2006	2005
SERVIÇOS FATURADOS	507	490
OUTROS VALORES A RECEBER	521	544
	1.028	1.034

Sua composição, expressa em percentuais, é a seguinte:

- Departamento Nacional de Produção Mineral 46,4%
- Carbocampel S/A 23,7%
- Sec. Ind. Com. Estado de Goiás 4,4%
- Outros Clientes Públicos e Privados 25,5%

Os valores acima correspondem a serviços executados até 31.12.2006, apropriados à receita pelo regime de competência, cujo recebimento está previsto para o início de 2007.

NOTA 5 – MATERIAIS

	R\$ Mil	
	2006	2005
ALMOXARIFADO	318	282
OUTROS MATERIAIS	38	12
	356	294

NOTA 6 – ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS – LONGO PRAZO

Sob esse título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretroatável, pela CPRM, à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11.11.1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Está também registrada sob esse título a cessão dos direitos minerais aos resultados das pesquisas de carvão mineral realizadas no município de Sapopema, estado do Paraná, à Carbocampel S/A, com a anuência da Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR), conforme termo de compromisso firmado em 13.12.1983 e escritura pública lavrada no 21º Ofício de Notas do Estado do Rio de Janeiro, em 30.10.2001, no valor de R\$2.258 mil.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos foram corrigidos com base em índices oficiais e contratuais.

O saldo líquido apresentado no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$2.748 mil representa o valor de R\$3.880 mil, deduzindo-se R\$1.132 mil relativos à Provisão de Riscos Contratuais.

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados, sob o título Fundo financeiro de pesquisa mineral, Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais e Financiamentos à pesquisa mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Os saldos líquidos apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$13.640 mil representam o valor de R\$16.573 mil, deduzindo-se R\$2.933 mil relativos à Provisão de Riscos Contratuais.

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS – LONGO PRAZO

O valor registrado a título de Outros créditos representa Depósitos Judiciais e Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

	R\$ Mil	
	2006	2005
IMÓVEIS	28.019	28.019
INSTALAÇÕES	554	391
EQUIPAMENTOS DE OPERAÇÃO	9.461	8.200
TRANSPORTE	5.739	4.851
OUTROS EQUIPAMENTOS	15.594	13.696
DIREITOS DE USO DE TELEFONES	163	163
DOCUMENTAÇÃO, MUSEUS E OBJETOS DE ARTE	8.903	8.903
	68.433	64.223
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(44.317)	(43.394)
	24.116	20.829
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	3.618	4.530
	27.734	25.359

NOTA 10 – DIFERIDO

Registra como contrapartida a atualização monetária incorrida sobre valores recebidos como parte do preço de cessão de direitos sobre jazida de carvão.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS A PAGAR

	R\$ Mil			
	2006 CIRCULANTE	2005 CIRCULANTE	2006 LONGO PRAZO	2005 LONGO PRAZO
EM MOEDA ESTRANGEIRA (1)	37	129	210	249

(1) Corresponderem a US\$115 mil em 31.12.2006, sendo renegociados conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo governo brasileiro e países credores, vencíveis de 30.04.1995 a 30.04.2024, em parcelas semestrais.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências apresenta registrado o valor de R\$750 mil, para fazer face a possíveis situações futuras de perdas. Nessa provisão não estão consideradas as ações trabalhistas contra a Companhia, por estarem consignadas no Programa “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista”, como fonte “Tesouro”, no Orçamento Geral da União, considerando que em uma eventual condenação os recursos necessários para seu pagamento serão repassados pela União.

NOTA 13 – CRÉDITOS SUBVENCIONADOS PARA INDENIZAÇÃO DE ACIONISTAS

Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de todos os acionistas, pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, cujas ações foram desapropriadas pela Lei nº 8.970/94. Repassados pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério de Minas e Energia e posteriormente à CPRM, a dotação global de R\$ 4.631 mil e respectivos recursos financeiros. A contrapartida do ingresso desses recursos está registrada no Ativo Circulante – Bens Numerários e Depósitos Bancários à Vista, na conta única do Tesouro Nacional.

Até 31 de dezembro de 2006 foram indenizados cerca de 895 acionistas, perfazendo o valor de R\$2.986 mil, faltando ainda indenizar 630 acionistas, até o valor limite autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional de R\$3.250 mil, corrigido até 30.06.2000 e para efeito de indenização até a data do efetivo pagamento.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CONTRATUAIS

A Provisão para Riscos Contratuais, contabilizada até 31.12.2006, está registrada no valor de R\$4.065 mil. A contrapartida está registrada como redutora das contas do Ativo Realizável a Longo Prazo, que estão demonstradas pelo seu valor líquido após a dedução da respectiva provisão.

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2006, o Capital Social integralizado no valor de R\$26.772.942,38 está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, resultando que a participação da União no capital da Empresa alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

NOTA 16 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A realização das reservas de reavaliação foi contabilizada, no exercício, proporcionalmente às depreciações ocorridas, em contrapartida à conta de Resultados Acumulados.

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro, está incluída no Orçamento da União, com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Os recursos recebidos mensalmente para operações são creditados no Passivo Circulante, na conta Créditos de Subvenções para Operações e são transferidos, mensalmente, para Receitas Operacionais nas subcontas do grupo Renda de Subvenções para Operações, por ocasião de sua realização, pela aplicação desses recursos, dentro do objeto de sua destinação. Do total de créditos orçamentários autorizados da fonte “Tesouro” de R\$160.001 mil, os repasses financeiros efetivamente recebidos foram de R\$143.983 mil.

No Sistema Contábil SIAFI, em lançamentos decorrentes do encerramento do exercício, foram registrados recursos diferidos ou recursos a receber / a liberar, com base no saldo das disponibilidades por fonte de recursos, resultando no valor líquido registrado no Ativo Circulante como Recursos a Receber – restos a pagar, no valor de R\$9.953 mil.

NOTA 18 – PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir do exercício de 2004, reconhecemos no balanço patrimonial, no Ativo Circulante, no Realizável a Longo Prazo, no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, sob o título “Repasses Previdência Privada”, os valores devidos à BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil, relativos ao tempo de serviço passado do Plano de Previdência Complementar de seus empregados, cujos recursos estão consignados no “Programa Contribuição à Previdência Privada” como fonte “Tesouro”, no Orçamento Geral da União, por meio de parcelas anuais, vencíveis no mês de julho de cada exercício até o ano de 2016, apresentando em 31.12.2006 o saldo de R\$100.118 mil, sendo R\$11.124 mil no Circulante e R\$88.994 mil no Longo Prazo.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia, nesse exercício, apurou R\$757 mil, entre Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a legislação em vigor, que só permite compensar no máximo 30% do lucro fiscal, embora haja disponibilidade de créditos no LALUR.

NOTA 20 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ Mil	
	2006	2005
RECEITAS:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	1.148	1.179
DESPESAS:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	362	78
	786	1.101

NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Empresa são os seguintes em 31 de dezembro de 2006:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGUADO (R\$ Mil)
INCÊNDIO	Imóveis	35.901
INCÊNDIO	Móveis, Máq. Equipamentos	19.298
INCÊNDIO	Estoque de Materiais	3.780
TOTAL		58.979

NOTA 22 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2006, a maior, a menor e a remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$10.698,63, R\$850,79 e R\$3.617,77, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2006 correspondeu a R\$14.440,82.

NOTA 23 – CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO PUBLICADO E O BALANÇO SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2.016/2006 do TCU, de 01.11.2006, apresentamos as conciliações entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64, em 31.12.2006:

	(R\$ Mil)		
	LEI Nº 6.404/76 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	LEI Nº 4.320/64 CONTABILIDADE PÚBLICA	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	49.893	58.210	8.317

A diferença nesse grupo se apresenta nas contas: Estoques, em função de materiais adquiridos para projetos e não baixados na conta Almojarifado; Clientes, pelas notas de débito a receber não registradas no SIAFI; Recursos a Receber para pagamentos de restos a pagar, apurados por critérios diferentes.

	(R\$ Mil)		
	LEI Nº 6.404/76 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	LEI Nº 4.320/64 CONTABILIDADE PÚBLICA	DIFERENÇA
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	107.143	107.352	208

A diferença consiste de baixas não processadas no SIAFI em anos anteriores na conta Depósitos para Recursos.

	(R\$ Mil)		
	LEI Nº 6.404/76 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	LEI Nº 4.320/64 CONTABILIDADE PÚBLICA	DIFERENÇA
ATIVO PERMANENTE	28.283	84.223	55.940

A diferença é causada nas contas do grupo Imobilizado pelo impacto das reavaliações historicamente efetuadas pelo SIAFI através da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), não reconhecidas pela Lei nº 6.404/76.

	(R\$ Mil)		
	LEI Nº 6.404/76 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	LEI Nº 4.320/64 CONTABILIDADE PÚBLICA	DIFERENÇA
PASSIVO CIRCULANTE	54.622	40.001	14.621

A diferença nesse grupo refere-se aos recursos recebidos de Convênios com Entidades Diversas reconhecidos no Passivo Circulante, de acordo com a Lei nº 6.404/76; valores relativos a Contribuição Social s/ Lucro Líquido, IRPJ e dividendos propostos não incorporados ao SIAFI em função de terem sido apurados após o seu fechamento e ajustes nas contas de encargos sociais a pagar e 13º salário de exercícios anteriores, a serem efetuados em 2007.

	(R\$ Mil)		
	LEI Nº 6.404/76 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	LEI Nº 4.320/64 CONTABILIDADE PÚBLICA	DIFERENÇA
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	89.204	91.242	2.038

Diferença relativa ao saldo de recursos financeiros recebidos para indenização de acionistas, em exercícios anteriores, bloqueado e devolvido ao Tesouro Nacional, transferido pela STN para a conta Fornecedores de exercícios anteriores; parcelamento de ISS, em exercícios anteriores, quitados e não baixados no SIAFI.

	(R\$ Mil)		
	LEI Nº 6.404/76 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	LEI Nº 4.320/64 CONTABILIDADE PÚBLICA	DIFERENÇA
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.493	118.497	77.004

A diferença constitui-se dos diferentes critérios de apuração de resultados praticados pelo SIAFI e o adotado pela Lei das Sociedades por Ações.

Os saldos das contas Reavaliação de Bens Imóveis; Resultado de Exercícios Anteriores; Resultado de Extinção, Cisão, Fusão e Resultado Líquido apurado pelo SIAFI não estão reconhecidos no Balanço da Lei nº 6.404/76. Quanto ao Resultado apurado por essa lei, após o encerramento do SIAFI, bem como sua distribuição, somente serão incorporados ao SIAFI em 2007.

A Companhia, em conjunto com a Setorial Contábil do MME e a Coordenação Geral de Contabilidade da STN, está envidando esforços na compatibilização desses valores e implantação de procedimentos, contas específicas, eventos de apropriação e de baixa, visando à conciliação total dos saldos entre os dois registros contábeis, considerando que essas diferenças são conciliáveis.

É interesse da Companhia concluir esse processo de compatibilização, iniciado em 2006, durante o exercício de 2007.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- (i) Examinamos os balanços patrimoniais da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

- (ii) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- (iii) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo (i) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Relatório Anual da Companhia – **2006**, bem como suas demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2006**, e tendo como base as análises efetuadas, as informações e os esclarecimentos recebidos dos Órgãos da Administração e o Parecer da **SACHO AUDITORES INDEPENDENTES S/C**, é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado as informações nelas contidas, a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Brasília, 02 de março de 2007

OSVALDO PETERSEN FILHO
ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS
NORBERTO TEMOTEO DE QUEIROZ

PARECER SOBRE A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou e aprovou a seguinte proposta da Administração, quanto à deliberação sobre a destinação do Resultado do Exercício, que apresentou lucro líquido de **R\$150.588,96** (cento e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), a saber:

I - Constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício, no valor de **R\$7.529,45** (sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos), de acordo com o **Artigo 193** da **Lei nº 6.404/76** e **Artigo 50-I do Estatuto**.

II - Destinação de 25% para o pagamento do dividendo obrigatório, no valor de **R\$35.764,88** (trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) conforme **Art. 50-II, do Estatuto**.

III - Transferência do saldo remanescente de **R\$107.294,63** (cento e sete mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), para ser incorporado à conta de Lucros Acumulados.

O Conselho recomenda o encaminhamento da proposta à deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Brasília, 02 de março de 2007

OSVALDO PETERSEN FILHO

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

NORBERTO TEMOTEO DE QUEIROZ